Coletânea de Notícias sobre Gestão de Contas Bancárias da União em Instituições Estatais Federais

Contas públicas Levantamento feito pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara confirma os atrasos

Tesouro segurou repasses para abono e seguro-desemprego

Ribamar Oliveira
De Brasília

Levantamento feito pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados comprova que o governo vem atrasando o repasse de recursos, em valores consideráveis, para o pagamento do seguro-desemprego e o abono salarial. Em dezembro, o atraso foi de R$ 1,56 bilhão e, em fevereiro, de R$ 1,48 bilhão. Em março e abril, houve pequenas insuficiências de recursos transferidos pelo Tesouro.

Em maio, o atraso voltou a crescer, atingindo R$ 443 milhões. Em junho, o governo pode ter pago os débitos anteriores. Não é possível saber, advertiu a consultoria, o que aconteceu em julho, pois o Tesouro ainda não divulgou o seu resultado no mês passado.

O cálculo foi feito comparando as ordens bancárias emitidas pelo Tesouro em determinado mês para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial e a despesa efetiva registrada nas contas da União com esses dois benefícios. Quando essa diferença é negativa, significa que o Tesouro não pagou no mesmo mês todas as ordens bancárias que emitiu. Ou seja, parte do pagamento do gasto foi postergado ou "pedalado" para o futuro, como se diz na área técnica. Quando isso ocorre, é a instituição financeira responsável pelo pagamento dos benefícios que arca com a diferença, pois os trabalhadores não podem ficar sem receber os recursos.

No caso do seguro-desemprego e do abono, a instituição financeira responsável pelo pagamento dos benefícios é a Caixa Econômica Federal. Ao não repassar todos os recursos devidos em cada mês, o Tesouro reduz as suas despesas e melhora artificialmente o seu resultado primário. Com a ajuda da instituição financeira responsável pelo pagamento, no caso, um banco estatal.

Segundo a Consultoria de Orçamento, até novembro de 2013 as ordens bancárias para pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial eram emitidas e pagas, razoavelmente, dentro do próprio mês. Em dezembro de 2013, contudo, o Tesouro postergou o pagamento de R$ 1,56 bilhão do seguro-desemprego e do abono salarial para janeiro. Com esse expediente, melhorou o superávit primário do ano passado. Com a ajuda financeira da Caixa.

A consultoria advertiu que não é possível afirmar se o total pago pelo Tesouro, independentemente do mês de impacto no seu caixa, é suficiente para fazer frente ao total de benefícios pagos pela Caixa no respectivo mês. A análise que fez, ressaltou a consultoria, restringe-se à diferença entre as ordens bancárias emitidas e a despesa efetiva registrada.

Em seu blog na internet, o economista Mansueto Almeida colocou ontem uma informação — que disse ter obtido com fontes no governo federal — segundo a qual, de que de janeiro a maio deste ano, o Tesouro atrasou o repasse de recursos para o pagamento do programa Bolsa Família em quatro meses. Mansueto publicou uma tabela mostrando que em todo o ano passado, o governo atrasou o repasse dos recursos em apenas quatro meses, o mesmo ocorrendo em 2012. Em 2011, não houve atraso. Os benefícios desse programa também são pagos pela Caixa.

"Pedalada" com impacto na Caixa
Gasto com seguro-desemprego e abono salarial - em R$ milhões

	Abono Salarial	Seguro-desemprego	Dezenas FAT	Total de OB*	Resultado do Tesouro (pagamento efetivo)	Diferença
Jan/2013	-	3.177	-	3.177	3.574	397
Fev	-	2.352	-	2.352	2.397	45
Mar	226	2.360	-	2.586	2.598	12
Abr	81	2.761	-	2.841	3.230	388
Mai	-	2.654	-	2.654	2.357	-297
Jun	70	3.006	-	3.076	3.177	101
Jul	4.816	2.599	-	7.417	7.740	323
Ago	2.540	1.871	26	4.437	4.509	72
Set	3.523	1.648	-	5.171	5.189	17
Out	596	2.967	-	3.564	3.582	19
Nov	1.619	3.075	7	4.700	4.728	28
Dez	-	3.166	1	3.167	1.607	-1.560
Jan/2014	780	3.216	1	3.997	5.664	1.667
Fev	32	2.919	1	2.951	1.471	-1.480
Mar	70	3.129	3	3.202	3.149	-54
Abr	300	2.707	6	3.013	2.992	-21
Mai	116	2.378	7	2.500	2.057	-443
Jun	-	1.519	-	1.519	3.665	2.1

-3.000 -1.500 0 1.500 3

Fonte: Siafi e Resultado do Tesouro Nacional. Tabela elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. *Total de ordens bancárias (OB) emitidas pelo Tesouro Nacional para pagar seguro-desemprego e abono salarial em cada mês.

Ontem, em Porto Velho (RO), a presidente Dilma Rousseff disse discordar da avaliação de que o Tesouro esteja adiando repasse de recursos ao Banco do Brasil para pagamento de subsídios concedidos no crédito agrícola, com a finalidade de elevar o superávit primário. "Meu querido, eu não concordo com essa análise. Não concordo, não concordo. Sinto muito", disse a presidente ao ser questionada reiteradamente sobre o assunto.

O **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, revelou na segunda-feira que o balanço do BB, referente ao segundo trimestre, registrou crédito a receber do Tesouro de R$ 7,944 bilhões. O dinheiro diz respeito à equalização de taxas de juros da safra agrícola. O valor quase dobrou em relação aos R$ 4,158 bilhões registrados há um ano, na demonstração financeira de junho de 2013.

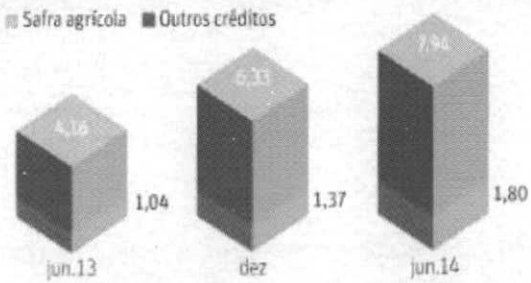
Valor Econômico – 20/8/2014 - http://bit.ly/1torT1I

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Tesouro represa R$ 8 bi de repasse agrícola ao BB

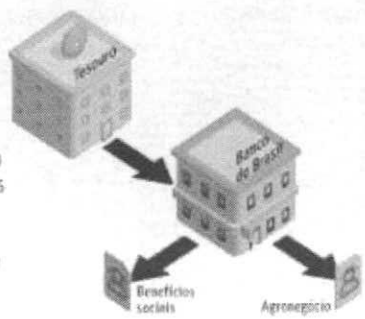
A RECEBER
BB tem aumento de créditos represados do Tesouro

Créditos a receber (em bilhões de R$)



Como funciona?

Banco do Brasil repassa dinheiro para o agronegócio e benefícios sociais e depois cobra do Tesouro, que tem atrasado o repasse



Fonte: Banco do Brasil

Tesouro represa R$ 8 bi de repasse agrícola ao BB

DE SÃO PAULO

O Tesouro Nacional tem um débito de R$ 7,9 bilhões com o Banco do Brasil relativo ao repasse de financiamento da safra agrícola aos produtores rurais.

O valor, que aparece como contas a receber do Tesouro no balanço do banco no segundo trimestre, é quase o dobro dos R$ 4,2 bilhões registrados no mesmo período do ano passado.

Para analistas, o aumento de 91% nesse débito sugere que o Tesouro está "represando" o ritmo de repasses ao banco, o que resulta em um melhora artificial das contas do governo.

O balanço do BB mostra ainda R$ 1,8 bilhão adicional em conta a receber do Tesouro que não está discriminado. Em junho de 2013, esse débito era de R$ 1 bilhão.

A Caixa também tem sofrido com o atraso nos repasses do Tesouro. O banco tem crédito de R$ 3,9 bilhões pela administração de fundos e de programas sociais.

OUTRO LADO

Questionada, a presidente Dilma Rousseff negou que o Tesouro esteja atrasando os repasses aos bancos para elevar o superavit primário.

"Eu não concordo, você me desculpe, mas eu não concordo que o Tesouro federal esteja fazendo isso."

Na mesma ocasião, Dilma descartou que o governo pretenda elevar a cobrança de imposto do setor de bebidas "nos próximos dias". O segmento inclui cervejas, energéticos e refrigerantes.

Folha de S.Paulo – 20/8/2014 - http://bit.ly/1torooz

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Tesouro não paga BB para engordar superávit

Por **Leandra Peres e Alex Ribeiro | De Brasília**

O Tesouro Nacional segurou o pagamento de subsídios de financiamentos agrícolas ao Banco do Brasil para ajudar a melhorar o seu resultado fiscal. Os créditos que o banco federal têm a receber da União praticamente dobraram em um ano, chegando perto de R$ 8 bilhões em junho.

O **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, apurou que a dívida com o banco federal subiu basicamente porque, nos últimos dois anos, o Tesouro passou a conter o pagamento desses subsídios agrícolas para reforçar o seu caixa. É uma nova faceta da chamada "pedalada fiscal", que agora passa a incluir um banco controlado pela União, mas com o capital aberto na Bolsa e acionistas privados.

O balanço do Banco do Brasil do segundo trimestre registra um crédito de R$ 7,944 bilhões contra o Tesouro relativo a "equalização de taxas de juros da safra agrícola". O número quase dobrou em relação aos R$ 4,158 bilhões registrados um ano antes, nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2013.

É um procedimento semelhante ao adotado pelo Tesouro com a Caixa Econômica Federal, com a retenção do ressarcimento ao banco oficial relativo ao pagamento de programas sociais, como seguro desemprego, para melhorar o resultado fiscal. A Caixa procurou a ajuda da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia Geral da União (AGU) para obrigar o Tesouro a pagar os valores devidos. O Banco do Brasil, até o momento, não recorreu à AGU.

O balanço do BB sempre registra créditos junto ao Tesouro relativos aos subsídios financiamentos agrícolas, pois a verificação das quantias devidas e seu efetivo pagamento obedece a um trâmite burocrático e muita negociação. Mas os valores atingiram um novo patamar a partir de 2013. Entre 2011 e 2012, os valores oscilaram entre R$ 3 bilhões e R$ 3,5 bilhões.

O Banco do Brasil executa diversos programas de financiamento rural com juros subsidiados. O banco empresta para os agricultores cobrando taxas menores do que paga nas suas captações, e o Tesouro está obrigado por contrato a cobrir a diferença numa operação conhecida como "equalização de taxas de juros".

Era de se esperar que, nos últimos anos, houvesse algum aumento nos créditos do Banco do Brasil junto ao Tesouro, já que a carteira de crédito agrícola do banco federal vem subindo. Mas a dívida do Tesouro com o BB cresceu numa velocidade desproporcionalmente mais alta.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

O volume de financiamentos agrícolas aumentou de R$ 131,498 bilhões para R$ 164,758 bilhões entre junho de 2013 e de 2014, o que representa alta de 25%. Os recursos equalizáveis dessa carteira subiram 50% entre um período e outro, de R$ 47,638 bilhões para R$ 71,463 bilhões. Mas o volume de subsídios que o banco oficial tem a receber do Tesouro aumentou muito mais, em 91%, na mesma base de comparação, indicando um descasamento entre o que o governo cobre e as despesas que o BB tem na operação dessas linhas.

Algumas das linhas de financiamento que mais cresceram são justamente as que mais recebem subsídios do governo, como a safra do Semiárido, o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção (Inovagro) e o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA).

Mesmo feitas todas essas ponderações, fontes oficiais ouvidas pelo **Valor PRO** confirmam que os créditos do BB perante o Tesouro aumentaram porque os pagamentos estão sendo retidos para melhorar o resultado fiscal do governo federal. Uma fonte oficial ponderou que, mais recentemente, o Tesouro intensificou os pagamentos, mas não a ponto de mudar o quadro geral de acúmulo de dívida.

Do ponto de vista do BB, o atraso dos subsídios não causa maiores prejuízos porque os créditos a receber são corrigidos pela Selic, e o banco federal, segundo os indicadores publicados no seu balanço na semana passada, trabalha com uma boa folga na sua base de capital e de liquidez.

A maior diferença ocorre na contabilidade do governo, já que, ao atrasar os pagamentos, o Tesouro está adiando uma despesa e melhorando o resultado que divulga todos os meses.

Os créditos do BB contra o Tesouro deram seu primeiro salto no segundo semestre de 2013, chegando a R$ 6,333 bilhões. No ano passado, o governo se desdobrava para cumprir a meta de superávit primário de R$ 73 bilhões, lançando mão de receitas extraordinárias e adiando repasses de verbas a Estados e municípios. Os desafios persistem neste ano, num ambiente de queda de arrecadação e aumento dos gastos.

Procurado pelo **Valor PRO**, o BB disse em nota que "as relações entre o Banco do Brasil e o Tesouro são expressas em contrato de prestação de serviços que abrange inclusive os processos de equalização do crédito rural". O Tesouro informou que não se manifestaria.

Valor Econômico – 19/08/2014 - http://bit.ly/1pZ7oZ7

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Maquiagem com benefícios sociais

Para melhorar suas contas, governo retém recursos e obriga bancos públicos e privados a arcar com as despesas do INSS, Seguro-Desemprego e até do Bolsa Família. Sem a manobra, o resultado fiscal do primeiro semestre seria 57% menor

Claudio Dantas Sequeira (claudiodantas@istoe.com.br)

A "contabilidade criativa" do governo Dilma Rousseff chegou aos programas sociais. Documentos obtidos com exclusividade por ISTOÉ revelam que, para simular uma economia de gastos públicos, o Tesouro decidiu reter recursos destinados à Previdência Social (INSS), ao Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial (PIS) e até ao programa Bolsa Família. A prática começou em meados do ano passado e se acentuou este ano. Entre janeiro e junho, foram represados ao menos R$ 9,8 bilhões, valor equivalente a 57% do superávit de R$ 17,2 bilhões registrado no primeiro semestre. Economistas consultados pela reportagem alertam que, sem a manobra, o resultado primário seria de R$ 5,2 bilhões. "É muito preocupante, considerando que outros R$ 10,5 bilhões foram obtidos também manobrando dividendos de estatais", diz Felipe Salto, da Consultoria Tendências. "Sem isso, teríamos déficit."

ALERTA
Em documento encaminhado à Câmara de Arbitragem da Advocacia- Geral da União (AGU), a Caixa menciona os repasses de recursos insuficientes para o programa Bolsa Família

Ofício nº 0018/2014/DIJUR

Brasília, 14 de julho de 2014

À
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL – CCAF/AGU
Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6, Lote 800, 3º Andar - Sala 303-A
CEP 70.770-502 Brasília/DF

Assunto: Repasses de recursos insuficientes pelo MDS para os pagamentos dos benefícios do Programa Bolsa Família e custo financeiro decorrente de diferenças de atualização de saldos negativos verificados nas contas suprimento.

Conhecida como "pedalada fiscal", a manobra inclui rearranjos dos calendários de liberação dos recursos com adiamento por dias ou meses. Em vez de executar o orçamento de cada programa de forma integral, o Tesouro transfere só uma parte, deixa fechar o mês e paga o resto no mês seguinte, transferindo menos do que o devido e empurrando a conta para a frente, como a pedalada de uma bicicleta. "Trata-se de maquiagem das contas públicas para cumprir a meta de superávit fiscal", avalia Gil Castello Branco,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

secretário-geral da ONG Contas Abertas. Ele se diz surpreso com o avanço do governo sobre programas sociais. "Sabíamos do atraso no pagamento de serviços e obras. É lamentável", afirma.

Sem dinheiro do Tesouro, quem paga a conta são os bancos públicos e privados. Preocupados, eles recorreram à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que já notificou o Ministério da Fazenda duas vezes este ano, primeiro em 5 de março e depois em 26 de maio. No caso do INSS, existe um calendário de data-base para o pagamento do benefício. O recurso precisa entrar na véspera da liberação de cada lote, mas isso não está acontecendo. O Banco do Brasil, por exemplo, teve de pagar com recursos próprios mais de R$ 700 milhões do INSS entre fevereiro e maio. O Bradesco foi obrigado a desembolsar mais de R$ 600 milhões. Itaú e Santander vivem situação semelhante.
A Caixa Econômica Federal tem bancado a conta mais pesada. Embora as transferências, segundo informou a Caixa à ISTOÉ, hoje estejam normalizadas, durante os seis primeiros meses do ano o governo reteve repasses de cerca de R$ 8,4 bilhões em recursos do Bolsa Família, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e INSS. Somado ao que segurou no segundo semestre de 2013, o valor retido chegou a R$ 19,5 bilhões. Entre outubro e junho, foram represados pelo Tesouro cerca de R$ 2,6 bilhões. De agosto a maio, a CEF cobriu R$ 12,1 bilhões do Seguro-Desemprego.

MANIPULAÇÃO
Nos primeiros seis meses do ano, o governo represou cerca de R$ 8,4 bilhões
em recursos do Bolsa Família, Seguro-Desemprego, Abono Salarial e INSS

Para conseguir regularizar os repasses, a CEF recorreu a uma Câmara de Arbitragem da Advocacia-Geral da União (AGU). No ofício 18/2014 de 14 de julho, a CEF menciona os repasses realizados de "forma intempestiva e em volume insuficiente". No mesmo documento, reiterou seu compromisso com as políticas públicas do governo. Uma sub-cláusula oitava do contrato assinado com o Ministério do Desenvolvimento Social garante à instituição financeira o direito de suspender o serviço até que o fluxo financeiro seja normalizado. Mas, para garantir a execução da principal bandeira social do PT, a CEF descartou completamente essa hipótese. Lembrou ainda, no ofício, caso recente em que "boatos midiáticos sobre o não pagamento do Bolsa Família foram propagados, gerando temores em grande parte da população e causando imensos afluxos de pessoas nas agências da Caixa".

O caso ocorreu em maio. Até então, o saldo do programa, hoje positivo segundo informou a Caixa, havia ficado negativo por quatro meses em 2012. Não há qualquer risco de interrupção de pagamentos aos beneficiários do Bolsa Família. Mas, com exceção de uma ocorrência pontual em dezembro de 2010, a CEF nunca havia deixado de receber integralmente os recursos nos dois mandatos do presidente Lula. Para economistas ouvidos por ISTOÉ, a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

prática sugere que a situação fiscal do governo é pior do que se pensava. Em recente audiência na AGU, um representante da CEF relatou a preocupação dos conselheiros do banco em resolver a situação. Outro representante do Ministério do Trabalho culpou o Tesouro pelo "retardo dos repasses", segundo ata de audiência obtida por ISTOÉ.

Procurada pela reportagem, a CEF negou qualquer problema. Por meio de nota, disse que os repasses "estão dentro da normalidade" e que o envio do caso à AGU seria apenas para "dirimir dúvidas". Por meio de nota, o Ministério da Fazenda também negou "qualquer anormalidade", ressaltando que o saldo nas contas dos programas este mês está positivo. O Ministério de Desenvolvimento Social repetiu a versão oficial.

ISTO É, 15/8/2014 - http://bit.ly/1tou3i3

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Tesouro retém repasses ao Banco do Brasil?

BLOG MANSUETO DE ALMEIDA

19 de agosto de 2014 por mansueto

Hoje matéria do Valor fala que o Tesouro está retendo repasses dos subsídios do crédito agrícola ao Banco do Brasil. Como a despesa de equalização de juros é uma despesa primária, esse atraso nos repasses para o Banco do Brasil aumentaria, artificialmente, o superávit primário. Segundo o jornal: "Os créditos que o banco federal têm a receber da União praticamente dobraram em um ano, chegando perto de R$ 8 bilhões em junho".

Mas a presidenta Dilma Rousseff negou que isso esteja acontecendo (clique aqui) e até usou o tradicional "meu querido". Segundo a presidenta declarou:

"Eu não concordo, você me desculpe, mas eu não concordo que o Tesouro federal esteja fazendo isso. Não, não concordo", disse Dilma, em visita de campanha as usinas do rio Madeira, em Rondônia. "Meu querido, eu não concordo com essa análise. Não concordo, não concordo, sinto muito."

E agora, quem tem razão, a presidenta ou o jornal valor econômico? Acho que o jornal e é muito fácil ver isso. Como? é só pegarmos o valor inscrito em restos a pagar desses programas e comparar o fluxo de pagamento e quanto falta a ser pago até o final do ano, comparando com o mesmo período do ano passado. Eu já havia feito essa conta até junho e cheguei a um número muito próximo do valor. Vou atualizar os dados de janeiro a julho com mais detalhes e depois mostro aqui. Mas apenas para antecipar a minha tese, a situação é muito pior do que a matéria do Valor sugere.

Além de atrasar os repasses dos programas agrícolas, algo que falei no programa da Globo News quando lá estive há cerca de um mês e o meu colega Márcio Holland prontamente falou que eu tinha mentalidade de contador, o governo não está pagando a conta do PSI e nem mesmo contabilizando os subsídios recentes do PSI como restos a pagar, já que por uma norma do Min da Fazenda o governo só reconhece como devido os subsídios do PSI após 24 meses.

Querem um número? pois bem aqui vai um número que depois vou provar com documentos oficiais. Hoje, se o governo fosse pagar todos os subsídios do PSI e do credito agrícola já concedidos pelos bancos públicos e não pagos pelo Tesouro, estaríamos falando de uma conta entre R$ 30 bilhões e R$ 35 bilhões. Não se preocupem que a conta vai continuar crescendo, pois o governo não tem recursos para pagar. Como dinheiro infelizmente não nasce em árvore, todos nós teremos que pagar essa conta (posso falar em bondade?) em algum momento no futuro.

Publicado em Economia | 2 Comments »

Houdini, Tesouro e Caixa Econômica Federal – 3

19 de agosto de 2014 por mansueto

O jornalista João Villaverde, que é do time dos repórteres novos que cobre economia e um dos que mais se destaca na investigação dos truques contábeis do Tesouro, escreveu um excelente post que se chama "conflito na área econômica". O post na página do Estado de São Paulo (clique aqui) mostra que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

"Há um conflito surdo a pleno vapor nos gabinetes de Brasília. Numa ponta, a direção e corpo técnico da Caixa Econômica Federal; na outra, o núcleo duro do Tesouro Nacional, comandado há mais de sete anos pelo economista Arno Augustin. Neste exato momento, a disputa está no auge. Mas o começo de tudo remonta a novembro de 2012."

Atrasos em repasses sempre aconteceram, mas isso sempre foi algo marginal. Não é o caso agora. Um alma boa do governo me encaminhou a tabela abaixo na qual ele calculou o numero de meses que o Tesouro atrasou repasses para o Bolsa família e, assim, o saldo no final do mês ficou negativo. Sempre que o saldo da conta na Caixa Econômica Federal (CEF) no final do mês fica negativa, isso significa que o recurso ainda não foi transferido do Tesouro para a CEF e, logo, o superávit primário do mês divulgado pelo Tesouro está artificialmente inflado.

O que mostram os dados? De 2007 a 2011, em apenas uma única vez o governo atrasou repasses para a CEF para o pagamento do Bolsa Familia e, logo, ocasionou saldo negativo na conta da CEF no último dia do mês . Em 2012 e 2013, aconteceu 4 vezes em cada ano e, neste ano, já aconteceu 4 vezes em um período de cinco meses terminado em maio. Não tenho os dados mais recentes. Mas é preciso falar alguma coisa a mais?

Quantidade de meses que o saldo da conta do Bolsa Família na CEF ficou negativa no último dia do mês – 2007-maio/2014

	Positivos	Negativos
2007	12	0
2008	12	0
2009	12	0
2010	11	1
2011	12	0
2012	8	4
2013	8	4
2014 até maio	1	4

Fonte: Comunicação em off com Ministério da Fazenda

A credibilidade da real situação das contas públicas, graças aos sucessivos truques contábeis, está em cheque. Quem são os culpados? acho que pessoas que usam gravata, falam grosso, têm cargo de confiança e sempre falam para os jornalistas que as coisas estão normais e que o Tesouro não tem nada a declarar. Ainda bem que a CEF acionou a AGU e agora todo mundo sabe do "conflito da área econômica".

« A falta de confiança

Som do final de semana »

Maquiagem das contas sociais

15 de agosto de 2014 por mansueto

A revista Isto É desta semana traz matéria com números sobre os atrasos dos repasses to Tesouro à Caixa Econômica Federal – clique aqui.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

O que tudo isso significa? Três coisas. Primeiro, as contas mensais do Tesouro perderam um pouco sua relevância tamanha a confusão que se faz com atrasos programados. Segundo, para se fazer isso, significa que as contas fiscais estão muito piores do que imaginávamos. Esses atrasos nos repasses não aconteciam até 2012. Terceiro, será que as pessoas da equipe econômica tem alguma ideia do problema de falta credibilidade que estão reforçando?

Parabéns aos envolvidos, pois colocaram mais uma preocupação na agenda das agências de risco soberano. Infelizmente, precisamos muito do grau de investimento que a cada dia fica mais difícil manter.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

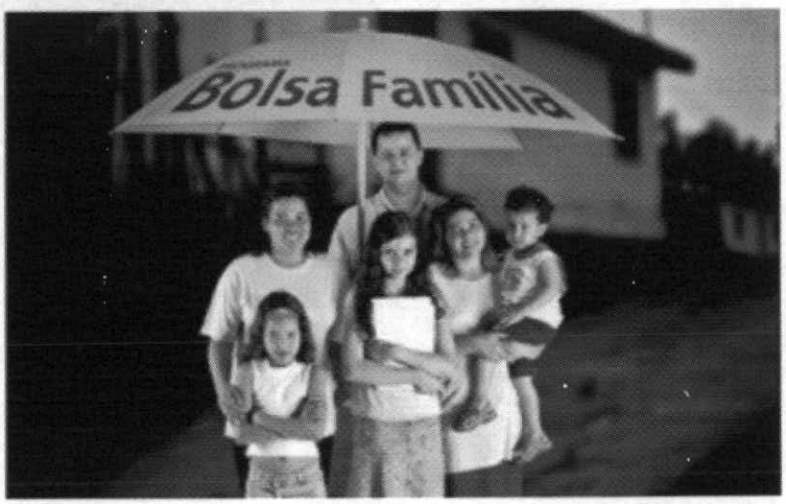
ECONOMIA & NEGÓCIOS | Nº Edição: 2334 | 15.Ago.14 - 20:00 | Atualizado em 15.Ago.14 - 20:50

Maquiagem com benefícios sociais

Para melhorar suas contas, governo retém recursos e obriga bancos públicos e privados a arcar com as despesas do INSS, Seguro-Desemprego e até do Bolsa Família. Sem a manobra, o resultado fiscal do primeiro semestre seria 57% menor

Claudio Dantas Sequeira (claudiodantas@istoe.com.br)

A "contabilidade criativa" do governo Dilma Rousseff chegou aos programas sociais. Documentos obtidos com exclusividade por ISTOÉ revelam que, para simular uma economia de gastos públicos, o Tesouro decidiu reter recursos destinados à Previdência Social (INSS), ao Seguro-Desemprego, ao Abono Salarial (PIS) e até ao programa Bolsa Família. A prática começou em meados do ano passado e se acentuou este ano. Entre janeiro e junho, foram represados ao menos R$ 9,8 bilhões, valor equivalente a 57% do superávit de R$ 17,2 bilhões registrado no primeiro semestre. Economistas consultados pela reportagem alertam que, sem a manobra, o resultado primário seria de R$ 5,2 bilhões. "É muito preocupante, considerando que outros R$ 10,5 bilhões foram obtidos também manobrando dividendos de estatais", diz Felipe Salto, da Consultoria Tendências. "Sem isso, teríamos déficit."



About these ads

Blog Mansueto – 20/8/2014 - http://bit.ly/1tosQHz

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Eletrobras quer que Tesouro pague diretamente à Petrobras

Empresa de energia tem débito de R$ 1,7 bi com companhia de petróleo por fornecimento de combustível para usinas térmicas

SAMANTHA LIMA
20/8/D

A Eletrobras tenta repassar ao Tesouro o pagamento de R$ 1,7 bilhão dos débitos que a estatal tem com a Petrobras.

A informação é do diretor financeiro da Eletrobras, Armando Casado de Araújo. O valor se refere a parte da cobrança feita pela BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, por fornecimento não pago de óleo a usinas térmicas para geradoras da Eletrobras no Norte do país.

A Eletrobras quer que a Aneel autorize o ressarcimento desse valor com dinheiro da chamada CCC (Conta de Consumo de Combustível), que é abastecida com encargos cobrados nas contas de luz de todos os brasileiros.

A CCC paga o óleo necessário ao funcionamento de usinas térmicas do Norte, região ainda não totalmente conectada ao Sistema Interligado Nacional, que permite o intercâmbio de energia em todo o país.

Segundo a Eletrobras, esse R$ 1,7 bilhão é resultado da diferença entre o preço do óleo cobrado na bomba da Petrobras e o que é usado como parâmetro pela Aneel para repassar a CCC – uma média de preços de mercado – e também do volume de óleo consumido a mais devido à menor eficiência das usinas térmicas a óleo do Norte, algumas com mais de 20 anos.

Se tiver o pedido integralmente aceito, a Eletrobras pagará a dívida sem mexer no seu caixa, apenas com recursos a serem repassados pelo Tesouro da CCC.

Caso contrário, terá de pagar com recursos próprios.

O diretor da Eletrobras afirma que não pode considerar, por enquanto, esse valor como em atraso em repasse do Tesouro.

Ele diz, ainda, que não há nenhum outro atraso nos repasses de CCC à empresa.

Estado de S.Paulo – 20/8/2014 - http://bit.ly/1tose4w

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Tesouro atrasa repasses de recursos para a Caixa

Leandra Peres
De Brasília

A crescente dificuldade do Tesouro Nacional para alcançar a meta de superávit primário do ano fez com que o governo atrasasse repasses de recursos à Caixa Econômica Federal para pagamento de benefícios sociais, melhorando artificialmente os resultados das contas públicas.

O banco estatal, apesar de não receber integralmente do Tesouro, vinha fazendo regularmente os pagamentos aos beneficiários dos programas sociais do governo. A fiscalização do Banco Central (BC) questionou a diretoria da Caixa que, então, decidiu recorrer à Advocacia Geral da União (AGU) para receber do Tesouro.

Em documento enviado à AGU, a Caixa pede a abertura de uma câmara de arbitragem para "regularização dos repasses, bem como devido ressarcimento dos recursos". O banco também pede que a sua interpretação jurídica — de que os pagamentos podem ser feitos mesmo sem os recursos do Tesouro — seja referendada pela AGU, em contraposição às cobranças da fiscalização do BC.

A decisão da Caixa causou irritação no governo e foi considerada precipitada. Além de expor o secretário do Tesouro, Arno Augustin, a críticas de nova contabilidade criativa, foi lida como uma tentativa da diretoria de se isentar de problemas legais.

A Caixa tem um contrato para pagamento dos benefícios com o Ministério do Desenvolvimento Social que estabelece que eventuais saldos negativos nas transferências serão cobertos pelo Tesouro, inclusive com o pagamento de juros sobre o valor descoberto. O problema, no caso da Caixa, é que o descasamento chegou a valores que chamaram a atenção do BC.

Ontem, o governo deflagrou uma operação para minimizar o problema. O Tesouro explicou que seus repasses para pagamento de benefícios sociais, entre eles o Bolsa Família, "seguem a programação financeira e não há qualquer anormalidade no processo de transferência". A Caixa, em nota oficial, afirmou que a arbitragem da AGU é um processo "rotineiro" que visa "dirimir dúvidas, no caso da natureza contratual, entre entes da administração federal".

O banco também explicou que "o pagamento dos programas sociais está dentro da normalidade". O **Valor** apurou que o Tesouro regularizou os pagamentos à Caixa para que o descasamento não afetasse o balanço do banco. ***(Colaboraram Lorenna Rodrigues e Alex Ribeiro, de Brasília)***

Valor Econômico - 14/08/2014 - http://bit.ly/1pvdHUW

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Caixa financia Tesouro em repasse de benefícios sociais

A Caixa Econômica Federal está travando uma disputa com o Tesouro Nacional porque está pagando benefícios sociais do governo, como o seguro-desemprego e o Bolsa Família, mas só recebe os repasses correspondentes com muitos meses de atraso.

O caso já está sendo analisado pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, da Advocacia-Geral da União (AGU), onde tramita desde maio.

No centro dessa discussão, está um valor superior a R$ 1 bilhão que ficou contingenciado nos cofres do Tesouro em abril, em vez de ser repassado à Caixa para o pagamento de benefícios sociais.

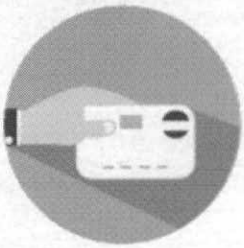
Ainda segundo apurou a reportagem, o maior problema estaria no pagamento do seguro-desemprego. Entre julho de 2013 e julho deste ano, o benefício já teria tomado R$ 2 bilhões da Caixa.

O banco não confirma, nem nega os números.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

A CAIXA DE DILMA

Como o banco foi usado na política econômica do governo



CRÉDITO

Entre 2011 e 2013, a Caixa dobrou seus empréstimos em um momento em que os bancos privados fecharam as torneiras

MOTIVO

Estímulo ao consumo e ao crescimento do PIB

JUROS

Em 2012, a pedido do governo federal, a Caixa e o Banco do Brasil cortaram juros

MOTIVO

Pressionar os bancos privados a reduzirem taxas

SUPERAVIT

Em 2013, a Caixa Econômica Federal repassou R$ 4,7 bilhões em dividendos ao governo

MOTIVO

Ajudar a cumprir as metas de superavit primário

INVESTIMENTOS

Recursos do banco e do FI-FGTS, fundo administrado pela Caixa, foram destinados a empreendimentos privados e ao Minha Casa, Minha Vida

MOTIVO

Turbinar infraestrutura, promessa de Dilma

R$ 1 bilhão

foi o saldo negativo do Tesouro com a Caixa no repasse dos benefícios sociais do governo federal em abril deste ano

R$ 71 bilhões

foi o total pago pela Caixa em benefícios sociais no ano passado

Fonte: bancos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

O CONTRATO

Cada ministério assina um contrato com a Caixa, que passa a ser o agente financeiro do pagamento dos benefícios. No início do governo de Dilma Rousseff, os ministérios pagavam à Caixa diretamente, após receber os repasses do Tesouro.

Em 2013, o Tesouro passou a intermediar e centralizar os pagamentos à Caixa.

Os saques dos benefícios ocorrem diariamente, mas os aportes do Tesouro não. Por isso, há meses em que o fluxo mensal ficou positivo e outros em que ficou negativo.

Essa situação está prevista nos contratos, mas não há uma cláusula que estipule um limite de tempo ou valor em que a Caixa pode ficar no negativo. Também não está previsto o pagamento de juros para esses casos.

Na prática, portanto, funciona como se a Caixa estivesse financiando o Tesouro.

Desde julho de 2013, a Caixa considera que está sendo prejudicada, já que, desde então, a conta mensal dos repasses do Tesouro fica mais negativa que positiva.

Neste ano, a situação se agravou, chegando ao pico em abril, com a conta a descoberto em mais de R$ 1 bilhão.

Se estivesse no caixa do banco, esse dinheiro poderia girar o motor do crédito, que já responde pela metade das receitas da instituição.

INVISÍVEL

Essa realidade "dia a dia" não aparece na contabilidade da Caixa, porque o Tesouro zera a conta antes do fechamento dos balanços.

O presidente da Caixa, Jorge Hereda, já vinha mantendo conversas com o Tesouro desde o ano passado para tentar resolver a situação.

Sem sucesso, a discussão foi parar na AGU. A Folha apurou que o banco tenta rever os contratos ou obter compensação por antecipar os pagamentos do Tesouro.

Por meio de sua assessoria, a Caixa admite que está discutindo o caso na AGU, mas, oficialmente, nega pedir a revisão dos contratos. Afirma que a conciliação é só para "dirimir dúvidas".

Ao represar os recursos destinados aos programas sociais, o Tesouro entra em uma espécie de "cheque especial" na Caixa.

Ou seja, cumpre os pagamentos obrigatórios e atrasa os desembolsos, ganhando tempo para chegar à meta de superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida).

O governo se comprometeu em economizar o equivalente a 1,9% do PIB neste ano.

OUTRO LADO

Por meio de sua assessoria, a Secretaria do Tesouro Nacional disse à **Folha**que "desconhece", até o momento, qualquer proposta da Caixa Econômica Federal para mudança na remuneração dos contratos para pagamentos de benefícios.

O Tesouro informou ainda que uma discussão sobre os termos desses contratos só pode ser feita entre a Caixa e os respectivos ministérios.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Ainda por meio de sua assessoria, o Tesouro afirmou que os repasses para pagamento dos benefícios sociais seguem a "programação financeira". Mas não forneceu, como pediu a reportagem, detalhamento desse cronograma.

"Conforme dados da própria Caixa Econômica Federal, responsável por esses pagamentos em nome do governo, o saldo nas contas dos programas sociais fechou a última semana positivo em mais de R$ 300 milhões", diz o Tesouro em nota.

A reportagem pediu dados mais completos ao Tesouro, que é parte principal no processo de conciliação na AGU. Não houve resposta até o fechamento desta edição.

O Tesouro também não respondeu aos pedidos de esclarecimentos sobre o deficit no fluxo mensal de repasses do governo para o banco e a relação desse contingenciamento à economia que o país precisa fazer para cumprir a meta de superavit primário.

O Ministério do Trabalho, que gere o seguro-desemprego, informou, por meio de sua assessoria, que cabe ao Tesouro Nacional responder pelos repasses de recursos destinados ao pagamento do benefício.

Folha de São Paulo – 13/08/2014 - http://bit.ly/1mZuF9w

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Atraso de verba cria conflito no governo

ECONOMIA / PÁG. B1

Descompasso. Com atrasos nos envios de recursos para pagamento de programas sociais, a Caixa teve de desembolsar verba própria, o que provocou questionamento do Banco Central; convocada, a AGU criou uma câmara de conciliação para resolver a questão

Atraso no repasse de verba do Tesouro à Caixa cria conflito dentro do governo

Murilo Rodrigues Alves
João Villaverde | BRASÍLIA

A pedido da Caixa Econômica Federal, a Advocacia-Geral da União (AGU) criou uma câmara de conciliação para arbitrar um conflito interno no governo envolvendo atrasos nos repasses do Tesouro Nacional ao banco estatal para o pagamentos de despesas com programas sociais, como o Bolsa Família.

Questionada pela área de fiscalização do Banco Central (BC) por causa de "descompassos" nos saldos dessas contas que bancam 15 diferentes programas sociais, a Caixa pediu o auxílio da AGU. "A Caixa fez um pedido para abrirmos na AGU uma câmara de conciliação, que serve para resolver conflitos entre órgãos da União", afirmou ao **Estado** o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. A câmara envolve a Caixa, o Banco Central e o Tesouro Nacional. "Os trabalhos da câmara podem evoluir para um parecer técnico", afirmou Adams.

A Caixa é a responsável pelos pagamentos dos benefícios sociais, mas a maior parte deles é financiada com dinheiro do Tesouro Nacional e uma minoria com recursos de Estados e municípios. Os atrasos nos repasses do Tesouro para a Caixa, que tem mantido os pagamentos em dia, poderiam ser a razão da "discrepância" apontada pelo Banco Central no balanço da Caixa Econômica Federal.

No ano passado, a Caixa recebeu R$ 71 bilhões para o pagamento de 249 milhões de benefícios dos diversos programas sociais. A maior parte dessa receita é de desembolsos do Tesouro. No primeiro semestre deste ano, o banco estatal recebeu R$ 45 bilhões de repasses.

O atraso nos repasses melhora as contas públicas ao reduzir as despesas do Tesouro e elevar o desempenho da economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública, o chamado superávit primário.

Desdobramento. Segundo Adams, da AGU, os trabalhos da câmara de conciliação podem evoluir para um parecer técnico

No momento, segundo a Caixa, o saldo da conta de repasses é "regular", isto é, está positivo. A movimentação para o pagamento do Bolsa Família, por exemplo, fechou julho no azul em R$ 502 milhões. Esta, também, foi a resposta do Tesouro Nacional.

"Os repasses da Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de benefícios sociais, entre eles o Bolsa Família, seguem a programação financeira e não há qualquer anormalidade no processo de transferência. O saldo nas contas dos programas sociais está atualmente positivo", disse o Tesouro, por meio de assessoria de imprensa.

De acordo com os contratos firmados entre os ministérios e a Caixa, onde o banco estatal funciona como gestor dos programas, são previstos atrasos nos repasses financeiros do Tesouro para a Caixa. Quando esses atrasos acontecem, o banco é obrigado a continuar os pagamentos normalmente sem que haja problemas na ponta final.

NA WEB
Análise. Céus particulares para as estatais
estadao.com.br/e/estatais

Atrasos. Nos contratos, o processo de repasses garante recursos para pagamentos dos benefícios dos programas sociais e prevê ainda a compensação dos custos financeiros decorrentes da diferença entre os saldos positivos e negativos, informou a Caixa. São esses saldos que o Banco Central fiscaliza.

Mesmo estando previsto nos contratos, esse tipo de operação ligou a luz amarela no Banco Central, que pediu explicações à Caixa de descompassos entre as receitas e as despesas na conta dos repasses governamentais. Ou seja, o déficit recorrente preocupou o órgão regulador do sistema financeiro nacional. Se o saldo for positivo, o banco repassa o valor estabelecido aos ministérios. Se negativo, os ministérios devem ressarcir a Caixa.

"Referida rotina decorre do fato de que os valores de pagamento diário dos programas sociais são baseados em estimativas, que podem se confirmar ou não em razão do comportamento do saque dos benefícios", afirmou, em nota, a Caixa Econômica Federal.

Procurado pela reportagem, o Banco Central afirmou, por meio da assessoria de imprensa da instituição, que não faz comentários específicos sobre suas atividades de fiscalização.

PARA LEMBRAR

Prática não é nova

A prática de atrasar os repasses para pagamentos de programas sociais não é nova. O **Estado** revelou, em março, que as chamadas "pedaladas" – empurrar as despesas para os meses seguintes – chegaram até mesmo nos desembolsos às empresas que constroem as unidades habitacionais para as famílias de renda mais baixa inscritas no programa Minha Casa, Minha Vida. Esta não é a única disputa envolvendo a Caixa e o seu controlador, o governo federal, representado pelo Tesouro.

Um acordo de reduzir à metade o repasse ao Tesouro dos dividendos sobre o lucro líquido da Caixa neste ano será descumprido. Para fechar as contas da União, a Caixa será obrigada a repassar cerca de R$ 5 bilhões em dividendos em 2014.

O banco vive uma encruzilhada: sem aportes, precisa fazer frente às exigências de ser alavanca do crédito para empurrar o ritmo da economia e gestor de uma dezena de programas sociais. Além disso, se viu pressionado a ajudar as empresas do setor elétrico, que enfrentam grave crise em razão do encarecimento do custo da energia no mercado de curto prazo.

O quadro das contas públicas é complexo, e o mercado vê com ceticismo o cumprimento da meta fiscal deste ano. O governo chegou a ser auxiliado pela descoberta de um crédito de R$ 4 bilhões que estava numa conta paralela de um banco privado. O dinheiro, encontrado pelo BC, engordou as contas públicas em maio deste ano.

R$ 71 bilhões recebeu a Caixa no **ano passado** para o pagamento de **249 milhões** de benefícios sociais; a **maior parte** dos recursos veio do **Tesouro Nacional**

Estado de São Paulo – 13/08/2014 - http://bit.ly/Vx0lfi

O conflito na área econômica

JOAO VILLAVERDE
Segunda-Feira 18/08/14

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

O Tesouro Nacional e a Caixa Econômica Federal estão quase em pé de guerra. Entenda por que esse conflito começou e como que isso mexe com o governo Dilma Rousseff.

Há um conflito surdo a pleno vapor nos gabinetes de Brasília. Numa ponta, a direção e corpo técnico da Caixa Econômica Federal; na outra, o núcleo duro do Tesouro Nacional, comandado há mais de sete anos pelo economista Arno Augustin.

Neste exato momento, a disputa está no auge. Mas o começo de tudo remonta a novembro de 2012.

Sem dinheiro entrando no cofre, por conta da arrecadação em queda, e tendo uma meta fiscal para cumprir, o Tesouro teria começado, naquele mês, a postergar em alguns dias o repasse de recursos para os bancos oficiais, em especial à Caixa.

Segundo um técnico gabaritado, que esteve na linha de frente do governo Dilma Rousseff até poucos meses atrás, a operação iniciada em novembro de 2012 ainda não foi terminada. Como funciona isso?

Os bancos, públicos e privados, têm obrigações com o setor público. Eles são obrigados, por exemplo, a pagar benefícios sociais e previdenciários em dia. No caso da Caixa, que paga também o Bolsa Família, há ainda mais obrigações. Esses benefícios são custeados com dinheiro do Tesouro Nacional. O governo lança em seu sistema automático uma ordem bancária de pagamento. Funciona como um DOC ou TED que todos nós fazemos. Essa é uma operação rotineira e cotidiana. Os bancos repassam o dinheiro aos beneficiários e recebem, no mesmo dia, o dinheiro do Tesouro. O que estaria ocorrendo é: o dinheiro do Tesouro aos bancos, como a Caixa, não está chegando no mesmo dia, mas com um descompasso de alguns dias.

O que o governo ganha com isso? Tempo.

Ao deixar de transferir o dinheiro nos dias 30 ou 31 de um mês e passar nos primeiros dias do mês subsequente, o balanço mensal das contas públicas fica artificialmente bom. A Caixa, que não é um banco com capital aberto (como Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil e outros), ou seja, é inteiramente uma instituição financeira do governo federal, tem entrado no jogo. Segundo especula-se entre gabinetes de Brasília, a Caixa não é a única instituição financeira que tem recebido com atrasos esses pagamentos...

Esta prática de atrasar em alguns dias o repasse financeiro, se estiver mesmo ocorrendo, não é nova. Desde os anos 1990, em períodos pontuais de aperto, o governo federal tem recorrido à esse tipo de manobra. Mas segundo fontes seguras do governo, isso não existiu entre janeiro de 2011, quando Dilma Rousseff assumiu a Presidência, e novembro de 2012. Ali começou tudo, e *os atrasos foram se espalhando*.

Parte dos especialistas em contas públicas, no mercado e na academia, começou a sacar em meados de 2013 que havia um ritmo estranho ou "atípico" nas despesas federais (onde esses repasses se inserem). Eram de pouca monta, então. A partir do fim de 2013 e o início deste ano de 2014, o jogo engrossou.

O Banco Central percebeu. A área de fiscalização da instituição monetária verificou os descompassos nos saldos dessas contas dos benefícios sociais da Caixa, e questionou o banco estatal. Como a Caixa não tinha o que fazer, buscou uma solução inédita: foi à Advocacia Geral da União (AGU) e pediu que fosse aberta uma Câmara de Arbitragem para que se chegasse a um denominador comum. O ministro Luis Inácio Adams, o advogado-geral da União,*confirmou ao Estadão o pedido da Caixa*. O papel da AGU nesta Câmara de Arbitragem é o de mediação. De cada lado

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

da mesa estão a Caixa e o Tesouro Nacional. Sabe-se em Brasília que a solução adotada pela Caixa desagradou – e muito – o órgão chefiado por Arno Augustin. Quando procurados oficialmente, a Caixa e o Tesouro responderam o *Estadão*com a mesma resposta, por escrito. Rigorosamente a mesma resposta. Leia com atenção, caro leitor, que essa resposta contêm uma pista importante: *"Os repasses do Tesouro Nacional para pagamento de benefícios sociais, entre eles o Bolsa Família, seguem a programação financeira e não há qualquer anormalidade no processo de transferência. Conforme dados da própria Caixa, o saldo nas contas dos programas sociais está atualmente positivo."*

Não foi à toa que Tesouro e Caixa tenham dito que "atualmente" o saldo dessas contas está positivo. A senha foi dada por fontes do próprio governo: ao longo do primeiro semestre, nem sempre o saldo esteve positivo, ou seja, faltou dinheiro do Tesouro, deixando o saldo negativo na Caixa, que acabou sendo captado pelos fiscalizadores do Banco Central. Além disso, a Caixa estava prestes a soltar seu balanço trimestral, então era razoável que, neste cenário, o saldo das contas estivesse positivo.

Mas o conflito entre Caixa e Tesouro não fica apenas nisso. Como brincou um economista do governo federal, o jogo está Tesouro 7 x 1 Caixa...

Ainda há a história dos dividendos e do crédito. Em busca de todo e qualquer centavo que puder encontrar para cumprir sua meta fiscal, o governo tem dado sinais às estatais de que vai precisar de todos os dividendos que elas pagam à União. E mais um pouco. ***Somente a Caixa deve depositar aproximadamente R$ 5 bilhões nos cofres do Tesouro***, em dividendos, até dezembro deste ano.

O problema é que o mesmo governo quer fazer da Caixa a "ponta de lança" do mercado de crédito. Com a economia estagnada e um pacote que acabou de sair do forno do Banco Central, que libera recursos do depósito compulsório para os bancos emprestarem mais dinheiro às pessoas e empresas, as esperanças do governo federal estão depositadas na Caixa, principalmente, para forçar os demais bancos comerciais a pisarem no acelerador. E como todo mundo sabe, mas não custa lembrar... "a vontade do controlador (o Tesouro) sempre prevalece", disse um alto dirigente da Caixa, ***em reportagem recente do Estadão***.

Como essa disputa vai terminar?

****

Técnicos em contas públicas tem apontado que o "***caso dos R$ 4 bilhões***" pode estar relacionado aos atrasos do Tesouro com os bancos. Grandes contas, como a Previdência Social, geram créditos (arrecadação com folha de pagamento) e débitos (despesas com benefícios) entre os bancos e o Tesouro Nacional. ***O caso dos R$ 4 bilhões encontrados pelo BC em um banco privado nacional***, que tinha feito uma mudança contábil e transferido aquele dinheiro para uma conta em separado, continua com fios desencapados.

Blog Estadão – 18/8/2014 - http://bit.ly/1toqPeo

Os estranhos números da Previdência

RIBAMAR OLIVEIRA

Déficit está longe daquele previsto pela Fazenda

O custo neste ano da desoneração da folha de pagamento dos 56 setores industriais e de serviços beneficiados com a medida será

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

maior do que o governo previa. De janeiro a junho, o Tesouro transferiu para a Previdência Social R$ 8,2 bilhões a título de compensação pela desoneração da folha, de acordo com dados do Ministério da Fazenda, divulgados na semana passada.

Em fevereiro, ao anunciar a programação orçamentária e financeira de 2014, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, estimou a despesa em R$ 11 bilhões em todo o ano. Mas se a média mensal do gasto do primeiro semestre se repetir no segundo, a despesa total pode superar R$ 16 bilhões.

A estimativa de R$ 11 bilhões apresentada pela ministra fez parte do contingenciamento de R$ 44 bilhões nas dotações orçamentárias, que o governo diz ser necessário para alcançar a meta de superávit primário de 1,9% do PIB para todo o setor público neste ano. Do contingenciamento total, R$ 30,5 bilhões se referem a despesas discricionárias (que o governo não tem obrigação legal de executar) e R$ 13,5 bilhões a despesas obrigatórias.

Nesse último valor foi incluída a redução de R$ 6 bilhões na estimativa de gasto com a desoneração da folha, prevista em R$ 17 bilhões no Orçamento. O governo terá que refazer suas contas e escolher outros gastos a serem cortados para compensar o aumento da despesa com a Previdência e, assim, não reduzir o superávit. Questionado pelo Valor, o Ministério do Planejamento não confirmou a mudança na estimativa, mas disse que ela será feita, se for necessário.

O aumento do custo da desoneração da folha é apenas um dado das contas da Previdência que, neste ano, estão envoltas em mistérios e polêmicas, desde que, em abril, o ex-secretário de Política de Previdência Social Leonardo Rolim Guimarães pediu demissão por discordar da previsão de R$ 40,1 bilhões do Ministério da Fazenda para o déficit do sistema previdenciário em 2014. Quando estava no cargo, o ministro Garibaldi Alves trabalhava com a estimativa de que o déficit deste ano ficaria próximo do registrado em 2013, de R$ 49,9 bilhões.

Os dados da execução orçamentária no primeiro semestre parecem dar razão ao ex-secretário. No período de julho de 2013 a junho de 2014, ou seja, no acumulado dos 12 meses terminados em junho, o déficit do sistema previdenciário está em R$ 47,68 bilhões, de acordo com o Ministério da Previdência. Se, a esse valor, forem somados os R$ 3,1 bilhões de passivo judicial que deveriam ter sido pagos em abril e foram adiados pelo Tesouro para outubro, o déficit acumulado nos 12 meses terminados em junho atingiria R$ 50,78 bilhões. De qualquer maneira, o pagamento dos precatórios adiados impactará as contas da Previdência no segundo semestre, elevando o déficit.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

O déficit de R$ 47,68 bilhões dos últimos 12 meses terminados em junho, estimado pelo Ministério da Previdência, foi calculado incluindo a compensação do Tesouro à Previdência pela perda de receita com a desoneração da folha. Essa compensação foi tornada obrigatória pela Lei 12.546/2011, por pressão das lideranças sindicais de trabalhadores, com o objetivo de mostrar que a queda de receita da Previdência resulta da mudança e não de desequilíbrios estruturais do sistema. Ao substituir a contribuição patronal sobre a folha de pagamentos por uma contribuição sobre a receita bruta, a lei permitiu uma redução efetiva do encargo previdenciário de 56 setores industriais e de serviços.

O fato de o Tesouro compensar a perda de receita da Previdência com a desoneração da folha não muda o déficit previdenciário. Esse é um aspecto que os leitores precisam considerar. O Tesouro sempre foi obrigado a cobrir o déficit previdenciário, pois os aposentados e pensionistas não podem deixar de receber os seus proventos. Então, dizer que o Tesouro vai compensar a Previdência pela perda de receita em virtude da desoneração da folha, é uma forma de evitar falar que o déficit previdenciário aumentou com a desoneração. A compensação diminui o déficit na contabilidade da Previdência, mas aumenta o gasto do Tesouro, pois a compensação é uma despesa do Tesouro.

De janeiro a junho de 2013, o Tesouro transferiu à Previdência R$ 3,5 bilhões a título de compensação da desoneração da folha. Se esse valor for retirado da receita previdenciária, o déficit da Previdência no período aumenta de R$ 27 bilhões para R$ 30,5 bilhões. De janeiro a junho de 2014, o Tesouro transferiu à Previdência R$ 8,2 bilhões. Se esse valor for retirado da receita previdenciária, o déficit aumenta de R$ 23,2 bilhões para R$ 31,4 bilhões, mesmo com o adiamento do pagamento do passivo judicial de abril para novembro.

Há uma questão que precisa ser avaliada. Da forma como está sendo registrada a compensação da desoneração da folha, ocorre dupla contagem da receita. O dinheiro que é transferido para a Previdência é fruto de tributos federais arrecadados e, como tal, é contabilizado como receita do Tesouro Nacional. Ao ingressar nos cofres da Previdência, é contabilizado também como receita. Assim, os mesmos recursos são contabilizados duas vezes como receita.

Neste ano, a Previdência está exibindo números estranhos, para os quais ainda não há explicação oficial. A despesa com benefícios rurais (excluindo o passivo judicial) apresentou queda nominal e real em fevereiro deste ano em relação ao mês anterior, mesmo não tendo ocorrido redução do número de benefícios. A despesa com benefícios previdenciários (excluindo o passivo judicial) de janeiro a abril deste

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

ano apresentou queda real de 0,3% (utilizando-se o IPCA como deflator) em comparação com igual período de 2013. Isso ocorreu mesmo com um aumento de um milhão no estoque de benefícios previdenciários e da elevação do valor médio real dos benefícios pagos. O Valor não conseguiu explicações do Ministério da Previdência para esses números até o fechamento desta edição.

O número mais misterioso, no entanto, está relacionado ao fluxo de concessão de novos benefícios. A quantidade de benefícios concedidos cresceu 3,2% de janeiro a março deste ano, em relação ao mesmo período de 2013. Mas a quantidade de benefícios concedidos começou a cair a partir de abril, de tal forma que de janeiro a junho deste ano já foi registrada queda de 2,2% em relação ao mesmo período do ano passado. O Valor não conseguiu uma explicação oficial para esse fenômeno.
Valor Econômico – 7/8/2014 - http://bit.ly/1oTdJBw

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

'Conta paralela' reforça caixa do Tesouro em R$ 4 bilhões em maio

Adriana Fernandes e João Villaverde - O Estado de S. Paulo
10 Julho 2014 | 21h 47
Valor que havia sido depositado por um banco privado em uma conta que estava fora do radar do BC foi transferido em maio e ajudou a amenizar o déficit primário das contas públicas, que somou R$ 11 bi

BRASÍLIA - As contas do Tesouro Nacional tiveram uma ajuda inusual de uma operação de registro contábil que reduziu o rombo do mês de maio. Um volume de R$ 4 bilhões mantido por um banco privado em uma conta que estava fora do radar do Banco Central foi encontrado pela autoridade monetária às vésperas do anúncio oficial, pelo Tesouro, do resultado fiscal da União.

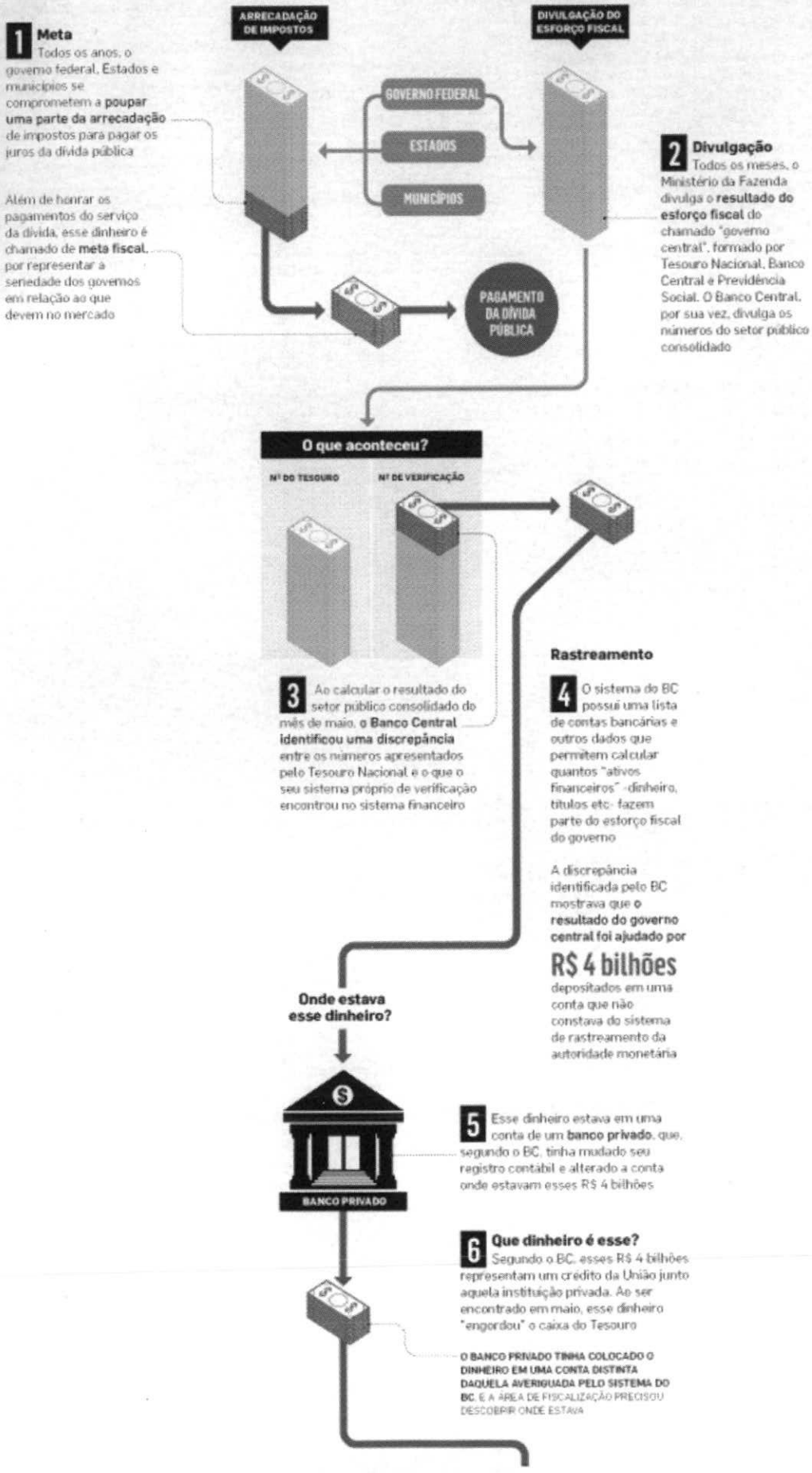
O Ministério da Fazenda não explicou a origem desses recursos. Ao **Estado**, o BC informou que o dinheiro representava um crédito a favor da União registrado em uma conta paralela. Os R$ 4 bilhões estavam registrados em uma conta fora do rol daquelas verificadas pelo Banco Central para calcular o resultado fiscal.
A operação, confirmada pelo BC após a descoberta do fato pelo Estado, ajudou o Tesouro a reduzir o déficit primário, das contas públicas, de maio. O governo divulgaria um rombo de R$ 15 bilhões, mas acabou por anunciar um buraco de R$ 11,07 bilhões. Ainda assim, esse desempenho foi o pior da história para meses de maio.
O banco privado migrou, de forma não explicada, esse crédito de uma conta para outra. O BC informou que o banco fez uma mudança em seu registro contábil sem avisar a autoridade monetária.
O **Estado** apurou que os R$ 4 bilhões envolvem a movimentação financeira da Previdência Social. Mas o Tesouro e o BC se recusaram a informar a origem desse crédito.
Críticas. O Tesouro é alvo de críticas de investidores e do mercado financeiro por causa do seu histórico recente de uso de "contabilidade criativa", com manobras contábeis para aumentar o superávit primário de forma artificial e cumprir a meta fiscal.
O BC assegura que o dinheiro nunca deixou o balanço de ativos e passivos da instituição privada. Mas, ao ficar em uma conta distinta, não apareceu no sistema da autoridade monetária de checagem fiscal.
A área técnica do BC, na véspera do anúncio, percebeu que havia uma diferença entre o resultado do governo federal relativo ao mês de maio apurado pelo Tesouro e o registrado pelo Departamento Econômico do BC (Depec). Os dois usam metodologias distintas de cálculo. O resultado do BC é usado como referência para o

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

cumprimento da meta fiscal. "O BC percebeu essa discrepância e foi investigar a razão", admitiu um porta-voz do BC em entrevista, na sede da autoridade monetária em Brasília. Segundo o BC, não havia necessidade de autorização prévia para o banco privado criar essa conta em separado, mas informou que a área de fiscalização iria verificar o que ocorreu. A conta foi achada, explicou o BC, porque o sistema registrou na conta antiga uma queda abrupta e expressiva no "padrão" histórico verificado até abril de contabilização dos ativos do governo federal. O BC não revelou, no entanto, de que natureza era o crédito encontrado no banco privado. Também não explicou por que a instituição financeira privada alterou seu registro contábil em maio.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

NOVA OPERAÇÃO



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.

Registro. O BC nega que os seus sistemas de controle tenham falhado ou que tenha havido uma manobra contábil do governo para ajudar a melhorar o resultado fiscal divulgado pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.
O banco diz que a qualidade das suas estatísticas é reconhecida no mundo todo. "Aquilo que efetivamente circular no sistema financeiro estamos pegando", disse o porta-voz.
Especialistas em contas públicas, no entanto, vêm alertando para a dinâmica incomum das despesas do INSS em 2014, que estão menores neste ano do que seria esperado, já que não houve mudanças substanciais no valor dos benefícios e tampouco no número de aposentados e pensionistas.
O Ministério da Fazenda informou que a descoberta dos R$ 4 bilhões "é assunto do BC" e evitou comentar o crédito encontrado na conta do banco privado.
Procurada, a Febraban informou que não se pronunciaria sobre o caso.

Estado de S.Paulo – 10/7/2014 - http://bit.ly/1oTdJBw

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 51773559.